

## **TERRITÓRIOS VALE SANFRANCISCANOS: DOS ABISMOS ENTRE O AGRONEGÓCIO E AS PROPOSTAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO.<sup>1</sup>**

Erika Jane Ribeiro

*Universidade do Estado da Bahia – UNEB*

[erikabrit@hotmail.com](mailto:erikabrit@hotmail.com)

Luzineide Dourado de Carvalho

*Universidade do Estado da Bahia - UNEB*

[ldacarvalho@uneb.br](mailto:ldacarvalho@uneb.br)

### **APRESENTAÇÃO DOS TERRITÓRIOS**

O Vale do Submédio São Francisco, compreendido pelo trecho entre Remanso (BA) e Paulo Afonso (BA), apresenta territórios distintos, embora as formações espaciais geográficas se assemelhem muito. Tendo o Rio São Francisco como eixo integralizador desses espaços, há nessa região discrepantes concepções de uso da terra e da água, pelos sujeitos que nela habitam e/ou trabalham.

Os perímetros irrigados, nos municípios de Juazeiro-BA e Petrolina- PE, são importantes referenciais de usos distintos da terra e da água, no Vale do São Francisco, visto que apresentam-se como territórios oficiais do agronegócio na região, onde o poder do capital coloca-se como um dos principais fatores de desterritorialização. A partir de 1969 foram realizados os primeiros estudos para a implementação do projeto de agricultura irrigada, em Petrolina- PE e Juazeiro-BA, mas foi a partir de 1979 que as obras do projeto original, Senador Nilo Coelho, foram iniciadas por meio de uma parceria entre a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e a Companhia Hidro Elétrica do São

---

<sup>1</sup> Artigo produzido a partir dos estudos e discussões promovidos pela disciplina Produção da Existência nos Territórios Semiáridos, ofertada pelo Programa de Pós Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA/UNEB.

Francisco (CHESF) com o propósito de garantir melhor qualidade de vida aos sertanejos assentados (DNIC, s.d.)<sup>2</sup>, porém com uma visão de colonização e “combate à seca”:

O estudo de viabilidade realizado pela CODEVASF levou em consideração a capacidade e disponibilidade hídricas do rio São Francisco, previu a transformação econômica e social de toda uma região de paisagem árida e estéril pela falta de chuvas – conhecida por vegetação de CAATINGA, assentando o sertanejo e dando-lhe condições de desenvolvimento através da geração de emprego, renda e uma melhor qualidade de vida. (DNIC, s.d.)

Dentre esses perímetros irrigados, encontra-se o Projeto NM 10, com grande potencial produtor de frutas, localizado a 15 km da sede do município de Petrolina, com cerca de 6.500<sup>3</sup> habitantes, entre moradores nativos e trabalhadores temporários, vindos de várias partes do Nordeste e do país, tomados pela ideia de crescente desenvolvimento. Essa transitoriedade dos moradores, somada à grande produção agrícola, que modifica os espaços, prioritariamente com fins econômicos, é uma das características mais marcantes dos territórios do agronegócio e, por conseguinte, causa principal do processo de desterritorialização dos sujeitos do Semiárido.

Numa perspectiva oposta, buscando a integralização dos sujeitos do Semiárido nordestino com as particularidades do espaço em que vivem, encontra-se o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), uma Organização Não Governamental com sede em Juazeiro- BA, há 28 atuando no Vale do São Francisco, em outros municípios do estado, cuja meta é o desenvolvimento dos territórios do Semiárido, respeitando-se as características geográficas e culturais do espaço e do povo que nele vive, tendo como princípio a Educação para a Convivência com o Semiárido:

A Convivência com o Semiárido é a sua maior e mais importante meta. Soluções eficazes, que respeitam as características do povo e das terras desta região, são as alternativas que o instituto oferece através de seus diversos projetos. Para o IRPAA, há quase 30 anos, viver no Semiárido é saber reconhecer o seu valor. (IRPAA, s.d.)<sup>4</sup>

Partindo das problematizações suscitadas pela disciplina Produção da Existência nos Territórios Semiáridos, ofertada pelo Programa de Pós Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA/UNEBP e diante do contraste das perspectivas, aqui

---

<sup>2</sup> Informações apresentadas no site oficial do Distrito de Irrigação Nilo Coelho. [http://www.dinc.org.br/?page\\_id=98](http://www.dinc.org.br/?page_id=98)

<sup>3</sup> Dados de 2018, fornecidos pela Agente de Saúde local, Lívia Silva, 2018.

<sup>4</sup> Informação retirada do site oficial do IRPAA. Disponível em: <http://www.irpaa.org/modulo/portugues>

apresentadas, outros abismos e entraves vão sendo descortinados, sobretudo no que tange aos modos e objetivos de uso da terra e da água e, principalmente, no que se refere às relações de poder e dominação que se estabelecem nesses diferentes cenários de uma mesma região. É daí que novos olhares e modos de vida se fazem necessários, a partir da implantação de políticas para a Convivência com o Semiárido, tendo a Educação contextualizada como fio condutor dessa transformação.

## **DESCORTINANDO OS OLHARES**

Há em torno do Semiárido uma tendência forte à hegemonização das visões que muito diz sobre os processos de colonização e dominação a que fomos – e ainda somos – submetidos. Essa concepção hegemônica de Sertão e Semiárido, espaços distintos, fecunda uma série de estereótipos acerca da natureza e dos sujeitos que vivem nesses territórios e, por conseguinte, perpetua práticas desterritorializantes por parte de governos, empresas e da mídia, com fins meramente políticos e econômicos. As ações de “combate à seca” e a desenfreada modificação da natureza, em nome do agronegócio são exemplos de tais práticas.

No Vale do São Francisco, os perímetros irrigados caracterizam-se pela “coisificação dos territórios” (SOUZA, 2009) colocados como espaços de exploração, sem maiores preocupações com a identidade, a cultura, as vivências dos habitantes, muito menos com a conservação da água, do solo, das matas e animais que lá vivem. Nesse contexto, o Projeto NM10, localizado a 15 km do centro de Petrolina é um importante polo produtor de uva, manga, acerola e pinha, por meio da irrigação, garantida por um canal que circunda todo o projeto, sendo inclusive a única fonte de abastecimento da comunidade. No MN10 é latente a exploração da força do trabalho dos moradores, inclusive mulheres e crianças em idade escolar, como pode se comprovar a partir do grande número de alunas e alunos trabalhadores matriculados na escola pública estadual local.

*Fig. 1 Imagem aérea do NM10 e proximidades*



*Fonte: Google Earth, 2018.*

Fig. 2 Mapa do NM10



Fonte: Google Maps, 2018.

Partindo dessa ideia de exploração dos territórios, através da modificação dos espaços naturais com perspectivas econômicas, que atendam aos interesses do mercado, por vezes, a reordenação dos territórios acaba por anular e/ou desconsiderar os aspectos culturais e identitários dos seus sujeitos. Milton Santos (1999) nos alerta sobre a importância da identidade e do pertencimento para a existência dos territórios:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. (...) . O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p.8).

No que tange aos territórios do agronegócio aqui apresentados, inicialmente, seus lotes eram administrados pelos moradores assentados, chamados de *colonos*, como previa o projeto original, porém diante das dificuldades econômicas e administrativas, alguns moradores acabaram vendendo suas propriedades para grandes produtores e tornaram-se empregados deles. Isso evidencia a atuação de forças estagnadoras do desenvolvimento no Semiárido, como aponta Otomar de Carvalho (1988 apud SILVA, 2008, p. 160): “a estrutura agrária, com concentração de terra e a exploração máxima da força de trabalho; e a atuação do capital comercial”. Esse viés mercantilizador do uso da terra, que permeia o modelo conservador da irrigação, centrado na propriedade particular não resolve os problemas de desenvolvimento da região, pelo contrário, aumenta o poder econômico dos grandes produtores e empresas e marginaliza os pequenos produtores e trabalhadores, por meio da exploração da mão de obra e da estereotipação de suas identidades. Para Carvalho (2004):

A tentativa de um modelo de desenvolvimento baseado na intensificação do uso dos solos e na irrigação teve como consequência direta o aumento da

demanda por água (um dos fatores mais limitantes na região), a ampliação dos processos de erosão e salinização dos solos, a degradação da vegetação natural e a redução da diversidade biológica do bioma Caatinga, entre outras. (CARVALHO, 2004, p.16)

No que tange ao uso da água, vale salientar o modo irresponsável como os recursos hídricos e a saúde pública são tratados, nessa conjuntura do agronegócio. Os moradores do Projeto NM10 consomem a água do canal, vindo do Rio São Francisco, sem nenhum tratamento; a mesma água que é utilizada para a irrigação dos lotes e que, por ser captada de um canal a céu aberto que circula todo o perímetro, recebe toda sorte de resíduos. Como paliativo os moradores recebem, esporadicamente, pequenos frascos de cloro, distribuídos pelos agentes de saúde, para que façam o tratamento da água em casa.

*Fig. 3 Canal de Irrigação que circunda os lotes e a área habitada do NM10*



*Fonte: RIBEIRO, 2018.*

Com apoio nas discussões mais genéricas sobre territórios e territorialidade, feitas por Saquet (2009, p. 84), entendemos que para que também aconteçam transformações significativas, nessa concepção mercantilista de viver e produzir nos territórios Semiáridos é preciso compreender e respeitar suas heterogeneidades, pois:

(...) reconhecer as características de **heterogeneidade e homogeneidade do real** é fundamental numa concepção renovada e histórico-crítica do território e da territorialidade. (...)valorização da vida com o máximo de autonomia e

qualidade possíveis em detrimento da mercantilização, da globalização perversa e excludente, da concentração da riqueza e da centralização política e decisória.

Numa perspectiva oposta à praticada pelo Agronegócio, o IRPAA atua há 28 anos em Juazeiro – sua sede- e em outras cidades do Semiárido baiano como Uauá, Curaçá e Canudos, integrantes do Programa de Convivência com o – PROCUC. O IRPAA, por meio de importantes articulações com redes como a RESAB (Rede de Educação do Semiárido Brasileiro) e ASA (Articulação Semiárido Brasileiro) desenvolve ações plurais, nos eixos *Administrativo, de Produção (plantio de subsistência e criação de animais de pequeno porte), Clima e Água, Terra e Educação*, visando à permanência do homem no seu espaço de origem, numa convivência produtiva com o Semiárido.

*Fig. 4 Sistema PAIS desenvolvido no IRPAA –Visita técnica*



*Fonte: RIBEIRO, 2018*

Em seu Centro de Treinamento, com 30 hectares situados na área rural da localidade de Tourão, em Juazeiro – BA, o IRPAA desenvolve o Sistema *PAIS (Produção Agroecológica Integrada Sustentável)* que integra o cultivo de hortaliças, frutas com a criação de galinha caipira, promovendo o reaproveitamento de toda matéria orgânica produzida. Diferentemente do agronegócio, a proposta de convivência com o Semiárido defendida e praticada pelo IRPAA

é altamente integralizadora e consciente. Essa proposta vai desde a captação e manejo da água, uso e preservação do solo, ao consumo e descarte sustentáveis, em nome de uma vivência harmônica entre homem e natureza. Como salientou Josemário Gonçalves<sup>5</sup>, um dos colaboradores do Centro de Treinamento, durante nossa visita, “O homem precisa se sentir parte. (...) A própria natureza se encarrega da recomposição (...). O problema é o homem”.

A concepção de educação defendida pelo IRPAA, fundamenta-se na efetiva contextualização, confrontando com as práticas tradicionais e dominantes, marcadas pela forte colonialidade controladora da subjetividade dos sujeitos. Nesse viés, Silva (2016), destaca a diferenciação entre colonialidade e colonialismo, a partir de suas implicações:

Diferente do **colonialismo** – *padrão de dominação política, econômica, administrativa, na qual um povo subjuga a soberania de outro*- a **colonialidade** é conceituada por Aníbal Quijano como o padrão de poder criado pelo colonizador para controlar a subjetividade dos povos colonizados um padrão que atravessa também o saber, o ser e a natureza (SILVA, 2016, p. 14).

O IRPAA atua como importante parceiro de instituições educacionais locais que se propõem a desenvolver uma Educação Contextualizada para a convivência com o Semiárido, seja por meio de palestras, formações, até o acolhimento, em sua república estudantil, de jovens estudantes vindos de várias partes do Semiárido, oportunizando a esses jovens o desenvolvimento de um projeto de estágio que possa ser replicado no seu local de origem. Vale ressaltar que, nesse processo de aprendizagem integralizadora, as mulheres têm uma importante atuação, desenvolvendo igualmente todas as atividades, rompendo assim com as estereótipos em torno do papel das mulheres na sociedade.

## **CAMINHO METODOLÓGICO**

Buscando-se caminhos metodológicos mais holísticos, que extrapolem as limitações da pesquisa tradicional, sempre centrada na figura do pesquisador, e que consideram os sujeitos em suas vivências e convivência com os espaços, esse artigo utiliza a observação participante como recurso metodológico, por meio da visita técnica e associada à entrevista narrativa.

---

<sup>5</sup> Técnico do IRPAA, abordando a necessidade de recapeamento e de reaproveitamento das matérias orgânicas, em explanação durante visita técnica ao Centro de treinamento, em 03 de maio de 2018.

A visita técnica permite uma importante aproximação com os sujeitos, inseridos nos seus espaços de origem, oportunizando ao pesquisador a vivência das suas atividades cotidianas. Assim sendo, a visita ao IRPAA, em 03 de maio de 2018, nos oportunizou o (re)conhecimento das ações desenvolvidas, visando a convivência com o Semiárido, desde os plantios em sistema PAIS, o cultivo, colheita, armazenamento de plantas forrageiras como a leucena<sup>6</sup>, a criação de caprinos, até a atuação de estudantes, vindos de várias localidades do SAB, que lá residem.

No que tange à análise dos espaços do agronegócio, deu-se uma observação participante, sistêmica, dos lotes e canal próximos à área central do Núcleo de Moradores, acompanhada de aplicação de questionário com 22 alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, 3ª série do Ensino Médio e 3º Módulo e 4ª Fase da EJA, da Escola Poeta Carlos Drummond de Andrade, sendo que 13 deles também são trabalhadores desses lotes, e de entrevista aberta com uma das agentes de saúde e moradora local. Cruz Neto (2001, p. 59) garante que “A técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos”.

Visando garantir a integridade dos registros e observações, foi feito um diário de campo, onde foram registradas as respostas, comentários informais e percepções sensoriais dos espaços e sujeitos. Jovchelovitch e Bauer (2012, p. 100) defendem que, “é aconselhável ter um diário de campo, ou um formulário especial para sintetizar os conteúdos dos comentários informais em um protocolo de memória, imediatamente depois da entrevista [...]”.

## **RESULTADOS – COLHEITAS EM CHÃO FÉRTIL**

Para o IRPAA, a captação e armazenamento da água é tarefa crucial para o desenvolvimento do Semiárido e garantia da cidadania, pois se configura como uma ampla transformação, seja no manejo ou no combate às ações eleitoreiras, que utilizam a água como meio de perpetuação da dominação política. Nesse sentido, o IRPAA e outros movimentos sociais defendem a difusão das várias tecnologias de captação das chuvas, para o consumo humano e animal, bem como para os cultivos variados e adaptados às condições climáticas, promovendo a independência e autossustentabilidade. Como bem preleciona Malvezzi (2007, p.16) “Não é

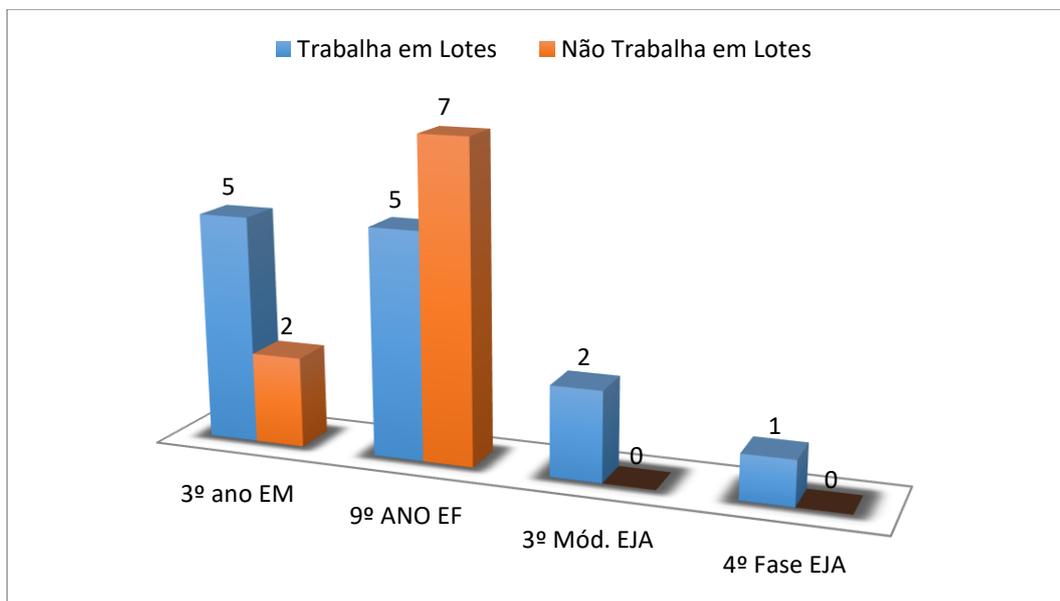
---

<sup>6</sup> Planta originária da América Central que tem grande versatilidade na utilização, altamente ricas em proteína e que por ser tolerante à seca é indicada para o cultivo e uso no SAB, como alimento para os animais. Fonte: <http://old.cnpqc.embrapa.br/publicacoes/ct/ct13/03leucena.html>

cidadão alguém que depende de um político até para beber um copo d'água. A cisterna, sozinha, não dá essa independência às pessoas, mas sinaliza o rumo da caminhada.”

Outro importante fator, que distancia as realidades aqui equiparadas é a forma como a Educação é concebida e praticada nesses territórios vale sanfranciscanos. No NM10, onde impera a ótica hegemônica do capital, crianças e adolescentes, em idade escolar, esforçam-se para trabalhar na colheita das frutas, dos grandes lotes, e frequentar a escola (*Fig. 5*), cujo horário e programa curricular são impostos pelos órgãos gestores estaduais, de modo genérico e dominante, sem considerar as particularidades dos espaços e sujeitos que nele vivem. Por outro lado, em articulação com a RESAB, o IRPAA defende uma proposta de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, onde os conhecimentos construídos estejam relacionados à realidade local e possam ser aplicáveis nela, valorizando-se a identidade dos sujeitos e a cultura local.

*Fig. 5 Alunos trabalhadores – Escola Poeta Carlos Drummond de Andrade – NM10.*



*Fonte: RIBEIRO, 2018.*

Assim, constata-se, de acordo com Silva (2010, p. 5), que o desafio maior para o rompimento com essa cultura colonizadora e hegemônica que impera nos territórios do semiárido, que induz ao pensamento generalizado e estereotipado dos sujeitos sobre si mesmos, é a efetivação de uma Educação Contextualizada que rompa com a padronização das soluções, que respeite as diversidades latentes nas distintas realidades, visando um desenvolvimento significativo com

participação popular. “Um desafio da *Educação contextualizada* é construir o dia a partir do qual pensaremos como nós para sermos nós mesmos. Este será o ‘dia depois do desenvolvimento’.”

E, para reforçar a importância da Educação Contextualizada, nesse processo de valorização dos sujeitos, bem como dos elementos naturais e culturais do Semiárido, favorecendo à territorialização e independência dos povos do Semiárido, Silva (2011, p. 32-33) pondera que:

A primeira intencionalidade da contextualização da educação escolar no Semiárido Brasileiro é construir, desde a escola, uma visão positiva desse lugar, descortinando as suas especificidades e potencialidades tanto no que se refere às possibilidades naturais e culturais ou históricas como do ponto de vista do conhecimento dos saberes que as pessoas produzem no enfrentamento do dia a dia, construindo diferentes formas de viver nessa região.

Portanto, somente por intermédio de uma Educação Contextualizada com o Semiárido, os abismos econômicos, culturais e sociais aqui apontados, podem ser vencidos, de modo que as particularidades e aptidões, da Terra e do Povo, sejam consideradas e os direitos básicos garantidos

## **PERCEPÇÕES FINAIS**

Diante das abordagens aqui suscitadas, em torno dos territórios plurais que compõem o Vale do Submédio São Francisco, são notórias as discrepâncias entre os territórios modificados pelo agronegócio e aqueles que se propõem a conviver, produtivamente, com as particularidades do Semiárido.

Nota-se que além das abruptas transformações no meio natural e dos prejuízos causados ao Bioma Caatinga, em nome do desenvolvimento econômico, o agronegócio favorece a hegemonização das práticas e, conseqüentemente, ao tratamento generalizado e dominador dos sujeitos que vivem nesse espaço. Logo, as tradicionais práticas culturais dos sujeitos, em seus territórios, são silenciadas por uma cultura de massa que não respeita as diversidades, num visível processo de desterritorialização.

Assim, somente uma Educação de fato contextualizada com o Semiárido, que se estenda além dos espaços escolares e se pautar na formação de sujeitos críticos, (re)conhecedores do seu espaço e identidade, poderá promover a transformação que tanto se discute para o Semiárido. Essa educação busca a formação de sujeitos independentes, engajados, que lutem pelo respeito

aos direitos e garantias fundamentais, capazes de gerir sua própria história e seu tempo e não sejam, apenas, mão de obra barata para o agronegócio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Luzineide Dourado. A Emergência da Lógica da “Convivência Com o Semiárido” e a Construção de uma Nova Territorialidade. In: CARVALHO, L. D. e REIS, E. S.(Org.) **Educação contextualizada para a convivência com o Semiárido Brasileiro: Fundamentos e práticas**. Juazeiro: RESAB, 2004.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

DNIC. **Histórico**. Petrolina: S.d. Disponível em : [http://www.dinc.org.br/?page\\_id=98](http://www.dinc.org.br/?page_id=98). Acesso em: 10 Jun, 2018.

GOOGLE. Google Earth, 2018. Nota NM10 – Petrolina – PE. Disponível em: <https://earth.google.com/web> Acesso em: 17 Jun, 2018.

GOOGLE MAPS. [**Mapa do NM10 – Petrolina - PE**]. 2018. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/N10,+Petrolina+-+PE/@-9.2916104,-40.4353201,16z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x77363a7e50618c9:0x660a268176cc0c5d!8m2!3d-9.2918053!4d-40.4299847>. Acesso em: 17 Jun, 2018.

IRPAA – Convivência com o Semiárido. **Apresentação**. Disponível em: <http://www.irpaa.org/modulo/portugues>. Acesso em: 04 Mai, 2018.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 90-113.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido** - uma visão holística. – Brasília: Confea, 2007.

SANTOS, Milton. Território e dinheiro. In: Revista GEOgraphia. Niterói: programa de PósGraduação em Geografia - PPGeo - UFF/AGB, v.1, n1. p. 7 a 13, 1999.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SILVA, Adelaide Pereira da. O conceito de educação Contextualizada na perspectiva do pensamento complexo – um começo de conversa. In: CARVALHO, L. D. e REIS, E. S.(Org.) **Educação contextualizada para a convivência com o Semiárido Brasileiro: Fundamentos e práticas**. Juazeiro: RESAB, 2011.

SILVA, José de Souza. A dimensão institucional do paradigma cultural. In: Edmerson Reis e Josemar Martins Pinzoh (orgs). **O paradigma cultural: interfaces e conexões**. Curitiba: CRV, 2016.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Seca e a Convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste, 2010.